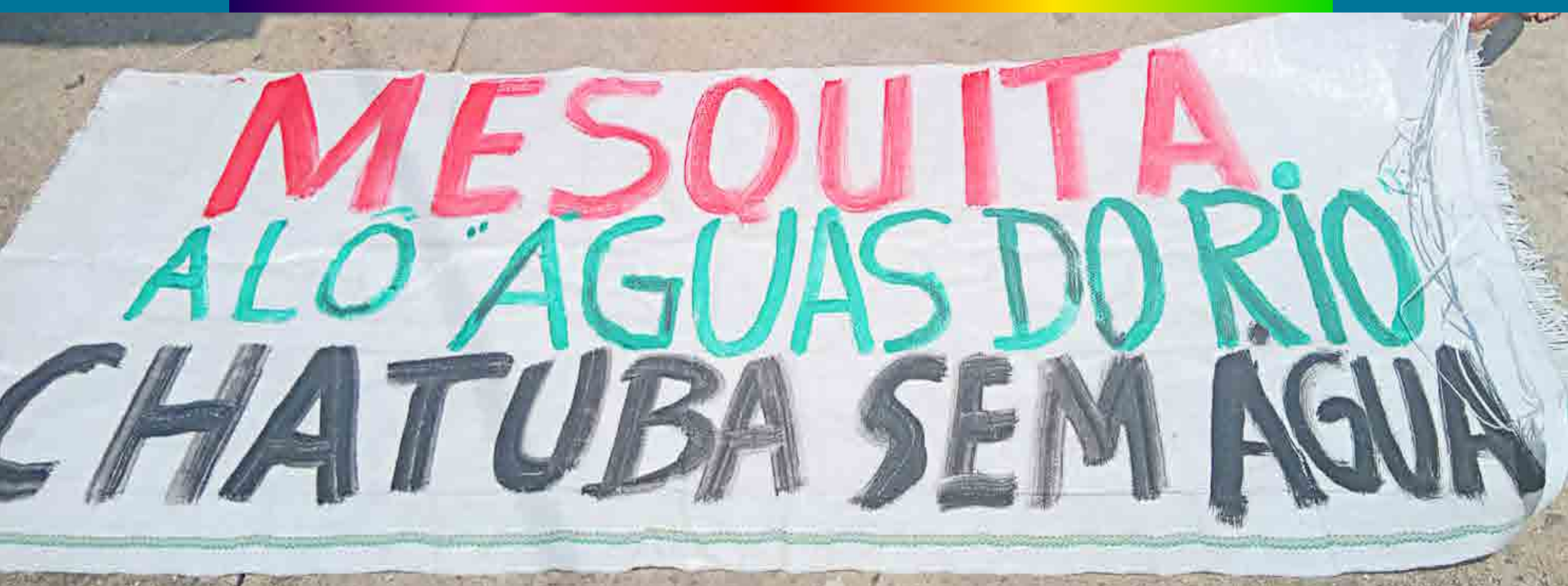




Universalização do saneamento no Rio não está prevista em contrato

Pelos próprios termos do edital e dos contratos de concessão, a universalização não está prevista, já que exclui as áreas não urbanizadas ou parcialmente urbanizadas nas metas de universalização, exatamente aquelas com maior déficit do serviço.



Somente na capital, a população que reside em áreas irregulares não urbanizadas representa hoje 20% dos cariocas, invariavelmente sem qualquer cobertura em termos de esgotamento sanitário

Privatização pode aumentar desigualdade e gerar mais exclusão

A promessa de que, transferindo o serviço para companhias privadas, atingiríamos a universalização do saneamento em 2033 não é verdadeira.

É o que aponta artigo inédito dos pesquisadores **Caroline Rodrigues** e **João Roberto Lopes Pinto**, integrantes da Rede de Vigilância Popular.

O que está no anexo IV dos contratos:

“Nas ÁREAS IRREGULARES NÃO URBANIZADAS do município do Rio de Janeiro se prevê a ampliação do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e respectiva operação e manutenção pela CONCESSIONÁRIA. **No entanto, os investimentos a serem realizados nestas áreas não serão quantificados para fins de cálculo das metas de universalização.**”



Vazamento de esgoto em Vigário Geral
Foto: João Ricardo de Mattos Serafim

Então as concessionárias não vão investir em favelas?

Em favelas da capital sim (mas pouco), porém nos demais 48 municípios não há nada escrito. E na capital devem “ser priorizadas as áreas que atendam aos requisitos (i) de planejamento de urbanização pelo poder público e (ii) de maiores condições de segurança”.
E tem mais...

Pouco investimento nas áreas mais necessitadas

A título de exemplo, o valor previsto para áreas irregulares não urbanizadas da Zona Sul da capital é de R\$ 149 milhões para o Bloco 1, claramente insuficiente. Essa área reúne dezenas de favelas, entre elas a maior do Brasil, a Rocinha. Além disso...

Concessionárias podem definir áreas elegíveis e não elegíveis

O contrato dá esse poder às empresas:

“As áreas inelegíveis são aquelas em que, em função das condições específicas locais, não é técnica ou juridicamente possível a realização de obras de aperfeiçoamento do sistema”.

“Trata-se de uma modelagem de concessão que, per se, não garante a universalização do serviço de saneamento”

Afirmam os autores do artigo, publicado com exclusividade pela nossa Rede de Vigilância Popular.





REDE DE VIGILÂNCIA POPULAR EM SANEAMENTO E SAÚDE

***AGORA TAMBÉM
ESTAMOS NO INSTA!***
Acompanhe e se engaje conosco

